



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CONTRATO Nº 12/2020

CONTRATO TRE-RO N. 12/2020

PROCESSO SEI N. [0002716-74.2019.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO N. 11/2020

**CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A
UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL
REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA,
E A EMPRESA SAGRES TÁXI AÉREO
LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE TÁXI AÉREO, TIPO HELICÓPTERO.**

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o n. **04.565.735/0001-13**, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e CPF 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **SAGRES TÁXI AÉREO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. **01.539.425/0001-36**, com sede no Setor Hangares, Hangar n. 25 - Aeroporto Internacional de Brasília, CEP: 71.608-030 - Brasília - DF, Telefone (s): (61) 3366-5005/(61) 98321-3333, E-mail(s): sanches_407@hotmail.com, neste ato representada por **ADRIANO SANCHES DA SILVA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG MG4933732/SSP-MG e CPF 736.560.896-04, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, por força do presente instrumento e em conformidade com: o Edital de Pregão respectivo e seus Anexos; o Ato de Autorização da Licitação constante no Despacho n. 307/2020-PRES/DG/GABDG, de 09/03/2020; e o Termo de Homologação do Pregão Eletrônico constante na Decisão n. 10/2020-PRES/DG/GABDG, de 25/06/2020, bem como nas demais normas vigentes aplicáveis ao objeto deste instrumento, têm entre si, justo e acordado, o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Art. 55, I, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA PRIMEIRA – Este Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada, detentora de Certificado de Operador Aéreo, emitido pela ANAC, para a prestação de serviços de táxi aéreo, por aeronave com asa rotativa (helicóptero), no período de 01/10/2020 a 05/10/2020 (1º turno das eleições), para efetuar o serviço de transporte de passageiros e de pequenas cargas durante as Eleições 2020, devendo a aeronave possuir capacidade, no mínimo, para 4 (quatro) passageiros e 150kg (cento e cinquenta quilogramas) de carga, para execução dos itinerários descritos neste instrumento contratual.

Subcláusula Primeira - Em todas as viagens, a CONTRATADA deverá fornecer o combustível necessário ao fiel cumprimento do itinerário especificado, responsabilizando-se, inclusive, por toda a logística de abastecimento da aeronave. Sugerem-se as cidades de Guajará-Mirim e Costa Marques, ambas em Rondônia, para apoio à logística das operações.

Subcláusula Segunda - A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução dos serviços contratados, tais como: tarifas aeroportuárias, de comunicações, combustíveis e lubrificantes, despesas com abastecimento, seguros de responsabilidade civil, despesas com permanência em solo, transporte, estadia e alimentação de tripulantes e outros.

Subcláusula Terceira - As coordenadas geográficas (latitude e longitude) de cada localidade onde serão prestados os serviços são as seguintes:

1. **Guajará-Mirim:** Latitude: 10° 46' 58'' S // Longitude: 65° 20' 22'' W
2. **Santo André:** Latitude: 11° 09' 47'' S // Longitude: 065° 01' 01'' W
3. **Rio Negro Ocaia:** Latitude: 11° 11' 00'' S // Longitude: 064° 50' 05'' W
4. **Pedras Negras:** Latitude: 12° 51' 14'' S // Longitude: 062° 54' 07'' W

Subcláusula Quarta - Vinculam-se ao presente Contrato, independente de transcrição, as normas e disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, inclusive no Termo de Referência (TR)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

respectivo, e na proposta da CONTRATADA vencedora do mencionado certame, assim como seus anexos e documentações técnicas.

DA ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA DA AERONAVE

CLÁUSULA SEGUNDA – A aeronave a ser disponibilizada também deverá atender aos seguintes requisitos mínimos e disposições:

1. Registro da (s) Aeronave (s) junto à Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, em vigor;
2. Certidão de matrícula, Nacionalidade e Aeronavegabilidade emitidos pelo RAB (Registro Aeronáutico Brasileiro), da aeronave que será utilizada na prestação de serviço;
3. Ficha de Inspeção Anual da Aeronave (FIAM) ou registro dos últimos serviços de manutenção que atestam a IAM;
4. Comprovação de atendimento aos itens previstos na seção 135.166 do RBAC (Regulamento Brasileiro de Aviação Civil 135) - REQUISITOS OPERACIONAIS: OPERAÇÕES COMPLEMENTARES E POR DEMANDA;
5. Licença Estação da Aeronave emitida pela ANATEL;
6. Capacidade autorizada para transportar 1 (um) piloto (tripulante) e, mais 4 (quatro) passageiros, que representam ao total 5 (cinco) pessoas;
7. Todos os equipamentos de navegação, segurança e primeiros socorros necessários conforme código da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

DA OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS – 1º TURNO

CLÁUSULA TERCEIRA – Para o 1º Turno das Eleições de 2020, a execução dos serviços ora contratados deverá obedecer ao cronograma de viagens abaixo discriminado, os quais poderão sofrer variações, sem qualquer ônus ao Contratante, definidas pelo fiscal ou gestor do contrato e comunicados previamente à contratada, no prazo mínimo de 05 (cinco) dias que antecedem o deslocamento. Esta variação justifica-se em razão dos efeitos imprevisíveis decorrentes da **pandemia da COVID-19** e as medidas sanitárias restritivas adotadas pelos entes públicos, além de outras intercorrências que possam surgir até a data das Eleições Municipais 2020:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Primeira Logística de Transporte: Operação de Distribuição:

ROTA 1	ITINERÁRIO Operação de Distribuição	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Translado - Deslocamento cidade de origem/ Guajará-Mirim/ cidade de destino			
02	Guajará-Mirim /Santo André /Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Quinta ou sexta-feira (01/10 ou 02/10/20), período da manhã
03	Guajará-Mirim /Rio Negro Ocaia /Guajará- Mirim	150 km	2,0 h	Quinta ou sexta-feira (01/10 ou 02/10/20), período da manhã
04	Guajará-Mirim /Costa Marques /Pedras Negras /Costa Marques /Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Quinta ou sexta-feira (01/10 ou 02/10/20), período da manhã

Subcláusula Primeira - A aeronave deverá ficar à disposição do Juízo da 1ª Zona Eleitoral do Município de Guajará-Mirim a partir das 9h00min do dia 01/10/2020 (quinta-feira), até às 18h00min do dia 05/10/2020 (segunda-feira), podendo sua liberação ser antecipada pelo Juiz Eleitoral, caso ocorra a finalização dos serviços antes do prazo previsto.

Subcláusula Segunda - Os voos poderão ser realizados no mesmo dia ou em dias subsequentes (quinta ou sexta-feira), os serviços de atendimento e recolhimento deverão estar concluídos até às 18h00min da segunda-feira (dia 05/10/2020). A base de operação e o pernoite deverão ser na cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia. A CONTRATADA deverá ajustar os horários de deslocamento diretamente com o Juiz Eleitoral da respectiva circunscrição.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA QUARTA - Em caso de necessidade de realizar a operação de Contingência no 1º Turno das Eleições de 2020, além da logística adotada na Cláusula Terceira, a CONTRATADA deverá obedecer ao cronograma abaixo:

Segunda Logística de Transporte: Operação de Contingência:

ROTA 2	ITINERÁRIO Operação de Contingência (eventual)	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Guajará-Mirim / Santo André / Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Sábado ou Domingo (03/10 ou 04/10/20), período da manhã.
02	Guajará-Mirim / Rio Negro Ocaia / Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Sábado ou Domingo (03/10 ou 04/10/20), período da manhã.
03	Guajará-Mirim / Costa Marques / Pedras Negras / Costa Marques / Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Sábado ou Domingo (03/10 ou 04/10/20), período da manhã.

Subcláusula Primeira - A operação de contingência, nos limites definidos pelo quadro acima, somente será realizada em casos em que o suporte por meio da aeronave for determinando, de forma justificada, pelos Juízes Eleitorais de Costa Marques ou Guajará Mirim com o objetivo de solucionar eventuais problemas que possam surgir no desenvolvimento dos trabalhos. O referido ato deverá ser informado ao gestor do Contrato para o controle da execução dos serviços. Esses serviços são ESTIMATIVOS e poderão ser realizados de forma parcial ou total, mas em qualquer caso não obriga a Administração contratante a sua efetivação.

Subcláusula Segunda - Os voos poderão ser realizados no mesmo dia ou em dias subsequentes (sábado ou domingo), mas deverão estar concluídos até às 18h00min da segunda-feira (dia 05/10/2020). A base de operação e o pernoite deverão ser na cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia. A



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CONTRATADA deverá ajustar os horários de deslocamento diretamente com o Juiz Eleitoral.

CLÁUSULA QUINTA – Para o RECOLHIMENTO / RETORNO das pessoas e cargas, a CONTRATADA deverá obedecer ao cronograma abaixo:

Terceira Logística de Transporte: Recolhimento/Retorno:

ROTA 3	ITINERÁRIO Operação de Recolhimento/Retorno	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Guajará-Mirim /Santo André /Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Domingo (04/10/20) Saída: por volta de 15 horas; Retorno: no máximo às 17h15 (horário definido para pouso diurno no destino).
02	Guajará-Mirim /Rio Negro Ocaia /Guajará- Mirim	150 km	2,0 h	Segunda-feira (05/10/20), início no período da manhã.
03	Guajará-Mirim / Pedras Negras /Guajará-Mirim	550 km	5,0 h	Segunda-feira (05/10/20), início no período da manhã podendo se estender ao período da tarde.

Nota: De acordo com informação disponível no site da ANAC: <http://www.anac.gov.br/Anac/assuntos/setor-regulado/aerodromos>, ACESSO RÁPIDO - LISTA DE AERÓDROMOS PÚBLICOS, o aeroporto de Guajará-Mirim está autorizado para operações VFR Diurno/Noturno e IFR Diurno/Noturno, dentro das especificações de operação definidas no ato de autorização. Contudo, consulta atual ao site do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DCEA), revelou que as luzes do referido aeródromo estão indisponíveis. Assim, as condições de operação, nas datas dos voos, devem ser checadas no site do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DCEA).

Independente dessas informação, TODOS os voos foram programados para



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

iniciar e encerrar em período diurno.

Subcláusula única - Os voos serão realizados nos dias e horários indicados no quadro acima, ou outro horário a ser definido pelo Juízo Eleitoral. Concluindo a ROTA 03, a aeronave estará liberada pelo fiscal do contrato.

DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

(Art. 57, *caput* e §§ 1º, 2º e 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEXTA – O prazo de vigência deste contrato é a contar da data de sua assinatura no Sistema Eletrônico de Informação – SEI até o dia 30/11/2020 e o prazo de execução deste contrato é a contar do dia 01/10/2020 (quinta-feira) até o dia 05/10/2020 (segunda-feira).

Subcláusula Primeira - Os prazos acima mencionados admitem prorrogação, desde que ocorra algum dos motivos previstos no § 1º do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

Subcláusula Segunda - Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito, registrada em processo e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato, com formalização via Termo Aditivo.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

(Art. 55, II, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA – O objeto deste contrato será executado de forma indireta, em regime de empreitada por preço unitário, de acordo com a necessidade do CONTRATANTE, o qual requisitará os serviços a serem realizados.

DO VALOR

(Art. 55, III E V, da Lei 8.666/93)

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA OITAVA - O valor estimado deste Contrato é de **R\$ 299.651,97** (duzentos e noventa e nove mil seiscentos e cinquenta e um reais e noventa e sete centavos), conforme proposta da CONTRATADA.

1º TURNO DAS ELEIÇÕES 2020:

ROTA 1	ITINERÁRIO Operação de Distribuição	KM VO O	HOR A VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENT O (ESTIMADO)	VALOR MÉDIO ESTIMAD O R\$
01	Translado - Deslocamento cidade de origem/Guajará -Mirim/cidade de destino.				110.884,23
02	Guajará-Mirim /Santo André /Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Quinta ou sexta-feira (01/10 ou 02/10/20), período da manhã	7.260,30
03	Guajará-Mirim /Rio Negro Ocaia /Guajará- Mirim	150 km	2,0 h	Quinta ou sexta-feira (01/10 ou 02/10/20), período da manhã	14.520,59
04	Guajará-Mirim /Costa Marques /Pedras Negras /Costa Marques /Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Quinta ou sexta-feira (01/10 ou 02/10/20), período da manhã	43.561,79
Valor Rota 1					176.226,91

ROT A	ITINERÁRI O	KM VO	HORA VO O	DIA E HORÁRIO DO	VALOR MÉDIO
------------------	------------------------	------------------	----------------------	-----------------------------	------------------------

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2	Operação de Contingência	O		DESLOCAMENTO (ESTIMADO)	ESTIMADO R\$
01	Guajará-Mirim / Santo André / Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Sábado ou Domingo (03/10 ou 04/10/20), período da manhã.	7.260,30
02	Guajará-Mirim / Rio Negro Ocaia / Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Sábado ou Domingo (03/10 ou 04/10/20), período da manhã.	14.520,59
03	Guajará-Mirim / Costa Marques / Pedras Negras / Costa Marques / Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Sábado ou Domingo (03/10 ou 04/10/20), período da manhã.	43.561,79
Valor Rota 2					65.342,68

ROTA	ITINERÁRIO	KM VOCAÇÃO
3	Operação de Recolhimento/Retorno	
01	Guajará-Mirim / Santo André / Guajará-Mirim	110 km
02	Guajará-Mirim / Rio Negro Ocaia / Guajará-Mirim	150 km
03	Guajará-Mirim / Pedras Negras / Guajará-Mirim	550 km
Valor Rota 3		



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VALOR TOTAL ESTIMADO DESTA CONTRATAÇÃO

Subcláusula única: As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta do PROGRAMA DE TRABALHO n. 02061003342690001 e ELEMENTO DE DESPESA n. 33.90.33-03, constantes no orçamento da Justiça Eleitoral – Eleições 2020, Nota de Empenho n. 2020NE000419, de 30/06/2020, conforme demonstrado no quadro abaixo:

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Pleito Eleitoral
AGREGADOR	Despesas de Funcionamento
DESPESA AGREGADA	Votação em Locais de Difícil Acesso
PLANO INTERNO	LDA TRANSP 1

DA GARANTIA

(Art. 55, VI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA NONA – Para assegurar a plena execução do presente ajuste e com fundamento no nos termos do art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, a CONTRATADA obriga-se a apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura deste contrato, **GARANTIA**, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, no valor de **R\$ 14.982,60** (quatorze mil novecentos e oitenta e dois reais e sessenta centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste contrato.

Subcláusula Primeira – A Garantia deverá ser apresentada em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, a saber:

I. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II. Seguro-garantia;

III. Fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 – TCU – Plenário).

Subcláusula Segunda – A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

I. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II. Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

III. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;

Subcláusula Terceira – A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados na Subcláusula anterior, observada a legislação que rege a matéria.

Subcláusula Quarta - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do CONTRATANTE.

Subcláusula Quinta – A garantia deverá ter prazo de validade durante a execução do Contrato até 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual.

Subcláusula Sexta – A eventual prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato condiciona-se à renovação da garantia, com idêntico percentual e vigência previstos nas subcláusulas anteriores, calculada sobre o valor total dos serviços apurado em razão do período dimensionado na prorrogação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Sétima – A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA quitou todas as obrigações oriundas desta contratação, e, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será retida e utilizada para seu pagamento diretamente pela Administração.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Art. 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA– São obrigações da CONTRATANTE:

1. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
2. Efetuar o pagamento na forma prevista neste Contrato;
3. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos serviços contratados.
4. Rejeitar, caso estejam inadequados ou irregulares, os serviços prestados pela CONTRATADA;
5. Notificar a CONTRATADA em razão de qualquer descumprimento das obrigações pactuadas, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;
6. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;
7. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.
8. Alterar, caso necessário, a data de execução dos serviços previstos nas cláusulas terceira, quarta e quinta, com prévio comunicado à contratada, no prazo mínimo de 05 (cinco) dias que antecedem o deslocamento, sem qualquer ônus para o Contratante. Esta variação justifica-se em razão dos efeitos imprevisíveis decorrentes da pandemia da COVID-19 e as medidas sanitárias restritivas adotadas pelos entes públicos, além de outras intercorrências que possam surgir até a data das Eleições Municipais 2020.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Art. 55, II, VII e XIII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – São obrigações da CONTRATADA:

1. Realizar o objeto do presente instrumento nas condições, preços e prazos estabelecidos no Edital, na proposta ofertada e neste instrumento, atendendo às solicitações do contratante, conforme cronograma, percursos, condições e especificações discriminadas no objeto deste instrumento e horários de saída determinados nas solicitações recebidas do CONTRATANTE, devendo observar ainda as seguintes regras, além de outras aplicáveis à execução dos serviços:

a) A execução dos serviços de transporte aéreo obedecerá às normas da Lei n. 7.565, de 19 de dezembro de 1986, Código Brasileiro de Aeronáutica, as recomendações de segurança da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, nos Regulamentos Brasileiros de Homologação da Aeronáutica – RBHA, bem como às normas para habilitação dos Pilotos disciplinadas pela Resolução n. 377-ANAC e outros documentos acerca de Aviação Civil;

b) A aeronave irá operar nos Municípios do Estado de Rondônia indicados no item 2.2 do Termo de Referência, devendo a aeronave operar de acordo com as exigências requeridas;

c) A aeronave deverá ser disponibilizada em perfeitas condições de voo, com Tripulação, combustível, com seguro obrigatório aeronáutico – RETA, nas especificações definidas neste Termo;

d) A CONTRATADA deverá manter logística de reabastecimento (móvel ou fixo) de forma a suprir a autonomia de voo da aeronave nas ações estabelecidas pelo Operador (CONTRATANTE);

e) O Juiz da 1ª Zona Eleitoral do TRE-RO autorizará a execução dos serviços, informando, por escrito, ao Comandante da Aeronave o período dos serviços, local a que se destina, horário de saída, previsão de chegada e relação dos passageiros;

f) Antes da utilização da aeronave, a CONTRATADA deverá proceder a vistoria técnica no equipamento, de forma a constatar sua adequação ao uso de acordo com as exigências do Edital e seus anexos, assim como na legislação aplicada aos serviços de transporte aéreo.

2. Não subcontratar, ceder ou transferir o objeto do Contrato a terceiros, no todo ou em parte, sob pena de rescisão do contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. Manter-se com todos os registros da aeronave e do piloto em plena validade em todo o período da vigência do contrato, inclusive com as demais habilitações e autorizações dos órgãos fiscalizadores e reguladores aéreo;
4. Manter-se, durante a execução do presente instrumento, em situação de plena regularidade junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou apresentar, sempre que solicitado, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Pública, o INSS, o FGTS e a Justiça do Trabalho;
5. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;
6. Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do presente instrumento, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;
7. Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços incidentes na execução do contrato;
8. Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do CONTRATANTE, acréscimos ou supressões do objeto do presente contrato em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor estimado na Cláusula Oitava, na forma do artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93;
9. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato;
10. Providenciar, quando necessário e às suas expensas, documentação, taxas e licenças necessárias à execução dos serviços, junto aos órgãos competentes;
11. Garantir as condições de autonomia e abastecimento, visando atender aos requisitos da ANAC e a realização de operação segura, a saber:

RBAC 135.209 AUTONOMIA PARA VOO VFR:

(a) ...

(b) Ninguém pode iniciar uma operação VFR em um helicóptero, a menos que, considerando o vento e as condições atmosféricas conhecidas, esse helicóptero tenha combustível e óleo lubrificante suficiente para voar até o aeródromo de destino e, assumindo consumo normal de combustível e óleo lubrificante em cruzeiro, voar pelo menos mais 20 minutos e que:

(1) tenha combustível e óleo lubrificante suficiente para voar até o aeródromo de destino;

(2) possa voar por um período adicional de 20 minutos, assumindo um



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

consumo normal de combustível e óleo lubrificante em velocidade de cruzeiro escala ótima, acrescido de 10% do tempo de voo programado.

12. Previamente à execução dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar, um **Plano de Gerenciamento de Segurança Operacional** referente à operação (reconhecimento da área pelos pilotos envolvidos, apoios de solo, abastecimento, manutenção da aeronavegabilidade da aeronave), áreas de pouso (segregação do público) e segurança da aeronave (security);

13. Comunicar por escrito e imediatamente ao CONTRATANTE a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

14. Manter os serviços deste instrumento coberto por apólice de seguro de responsabilidade civil para eventuais indenizações por danos pessoais e/ou materiais decorrentes da execução do objeto contratado, a qual deverá ser apresentada a este Tribunal, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados da assinatura do instrumento contratual.

DO PAGAMENTO

(Art. 55, III, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O pagamento será efetuado após a conclusão dos serviços do 1º TURNO da eleição, com apresentação da nota fiscal dos serviços efetivamente realizados, o qual será realizado através de ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até o 5º (quinto) dia útil contado da data em que a Fatura/Nota Fiscal for atestada pelo Chefe de Cartório da 1ª e 5ª Zonas Eleitorais, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação Municipal do Imposto sobre Serviços.

Subcláusula Primeira - No ato do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal e/ou a Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Conselho Nacional de Justiça e à Justiça do Trabalho.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Segunda - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à CONTRATADA.

Subcláusula Terceira - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)/365 \quad I = (6/100)/ 365 \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

Subcláusula Quarta - A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

(Art. 67, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – No TRE-RO, a gestão deste contrato será exercida pelo titular da Coordenadoria de Material do Patrimônio - COMPAP, e a fiscalização desta contratação será de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

responsabilidade do Chefe de Cartório da 1ª e 5ª Zonas Eleitorais, Guajará-Mirim e Costa Marque, respectivamente.

Subcláusula Primeira – Nos afastamentos dos titulares, as funções de gestão e de fiscalização deste contrato serão exercidas por seus respectivos substitutos.

Subcláusula Segunda – A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a execução do contrato não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Art. 55, VII e IX, da Lei 8.666/93 e Art. 7º da Lei 10.520/02)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Em caso de descumprimento das condições estabelecidas no Edital de Pregão Eletrônico respectivo e seus anexos, neste Contrato e nos documentos a este vinculados, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis 10.520/02 e 8.666/93 e neste instrumento, conforme segue:

Subcláusula Primeira - Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços, será aplicada multa de mora à CONTRATADA de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, por hora de atraso na saída da aeronave, até o limite de 5 (cinco) horas, sendo considerada a inexecução do contrato na ocorrência de atraso superior ao limite ora estipulado.

Subcláusula Segunda - Quanto ao descumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato para cumprimento de obrigação contratual, bem como quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, tais como regularidade perante o SICAF, à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça:

1. Primeiro atraso injustificado de 01(um) dia útil no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato, ou



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

primeira verificação da não manutenção das condições de habilitação e qualificação: multa de 1% (um por cento), aplicada sobre o valor do contrato;

2. Segundo atraso injustificado de 01(um) dia útil no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato, ou segunda verificação da não manutenção das condições de habilitação e qualificação: multa de 2% (dois por cento), aplicada sobre o valor do contrato;

3. Terceiro atraso injustificado de 01(um) dia útil no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato, ou terceira verificação da não manutenção das condições de habilitação e qualificação: multa de 3% (três por cento), aplicada sobre o valor do contrato;

4. Quarto atraso injustificado de até 01 (um) dia útil ou primeiro atraso injustificado superior a 01 (um) dia útil, ou quarta verificação da não manutenção das condições de habilitação e qualificação: poderá caracterizar como inexecução contratual.

Subcláusula Terceira – Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/02 e do artigo 49 do Decreto 10.024/2019, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, sujeitar-se-á à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, será descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais e multa, a LICITANTE que:

1. Deixar de entregar documentação exigida no edital;
2. Apresentar documentação falsa;
3. Não mantiver a proposta;
4. Comportar-se de modo inidôneo;
5. Fizer declaração falsa;
6. Cometer fraude fiscal;
7. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto; e
8. Falhar ou fraudar na execução do contrato.

Subcláusula Quarta – Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, o CONTRATANTE poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

1. Advertência;
2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Subcláusula Quinta – O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o recebimento efetivo dos serviços prestados e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário).

Subcláusula Sexta - O valor da multa ou condenação aplicada será recolhido através de GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80);

Subcláusula Sétima - Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento. (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).

Subcláusula Oitava – Se o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Nona - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 3º da Lei 10.522/02);

Subcláusula Décima Primeira - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

Subcláusula Décima Segunda - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela Instrução Normativa nº 04/2008 do TRE-RO.

Subcláusula Décima Terceira - As multas previstas neste Contrato não eximem a CONTRATADA da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante ou a terceiros.

Subcláusula Décima Quarta - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Subcláusula Décima Quinta – O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, bem como as regras contidas na Lei nº 8.666/1993 e na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>, ou



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

qualquer normativo que venha a substituí-las, sendo que, da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

(Art. 65 e §§ da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Este contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração contratante ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável a requisições já efetuadas e serviços já realizados.

Subcláusula Segunda - A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93

Subcláusula Quarta - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Quinta - Havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Art. 55, VIII e IX, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução total ou parcial de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção Das Sanções Administrativas deste instrumento.

Subcláusula Primeira - A rescisão contratual poderá ser:

- I.** Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e demais hipóteses aplicáveis a esta contratação;
- II.** Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos, desde que haja conveniência da Administração; e
- III.** Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE-RO.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA PUBLICAÇÃO

(Art. 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso, de seus aditamentos no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Art. 55, XI e XII, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - À execução do presente contrato e aos casos omissos aplicar-se-ão o disposto no Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus Anexos, nas Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, nos Decretos Federais 3555/2000, 9507/2018 e 10.024/2019, nas Resoluções TSE 23.234/2010, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e na Instrução Normativa TRE-RO 004/2008, e, de forma subsidiária, nas Leis 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, assim como nas demais normas aplicáveis ao objeto deste instrumento.

Subcláusula Única - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DO FORO

(Art. 55, § 2º, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste Contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo:

Porto Velho/RO, 30 de junho de 2020.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	ADRIANO SANCHES DA SILVA Pela CONTRATADA
Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha	Luciano da Silva Santos CPF: 812.434.482-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 30/06/2020, às 16:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANO SANCHES DA SILVA, Usuário Externo**, em 30/06/2020, às 18:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 01/07/2020, às 08:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 01/07/2020, às 10:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002716-74.2019.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

ASSUNTO: **Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 11/2020 -**

Contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação de serviços de táxi aéreo, por aeronave com asa rotativa (helicóptero). **Análise recursal** – Empresa Recorrente HELIMARTE TAXI AÉREO LTDA.

PARECER JURÍDICO Nº 122 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP do TRE/RO ([0476815](#)), objetivando a contratação de empresa especializada em fretamento de aeronave, tipo helicóptero, para a realização de serviços de transporte de passageiros e pequenas cargas nas Eleições Municipais de 2020, especificamente nas regiões que abrangem a 1ª Zona Eleitoral do Município de Guajará-mirim e a 5ª Zona Eleitoral do Município de Costa Marques, no Estado de Rondônia, conforme TR nº 20/2020 ([0513993](#)).

02. A minuta de Edital de Pregão Eletrônico e seus anexos juntados ao evento [0526936](#), foram objeto de análise desta AJDG pelo Parecer Jurídico nº 79/2020-PRES/DG/AJDG ([0529562](#)), sendo aprovado, nos termos do parágrafo único do artigo 38 da Lei Geral de Licitações e Contratos, e convertido no Edital do Pregão Eletrônico nº 11/2020 ([0529630](#)).

03. Iniciada a fase externa do certame, o citado Edital de Pregão Eletrônico teve seu extrato publicado no Diário Oficial da União e no Diário da Justiça Eleitoral. A íntegra do referido edital foi disponibilizada no portal de compras do Governo Federal - Comprasnet e nos sítios eletrônicos deste Tribunal. O extrato do aviso da licitação foi



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

afixado no quadro de avisos localizado no átrio do edifício sede deste TRE/RO ([0529635](#)). Todas as publicações supramencionadas foram juntadas no Sistema SEI, conforme evento nº [0529685](#), [0530648](#) e [0530649](#).

04. Não houve um pedido de esclarecimento nem impugnação ao Edital.

05. Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) relatório de propostas do sistema COMPRASNET ([0535935](#));

b) proposta inicial da empresa participante do certame – **SAGRES TAXI AEREO LTDA**, CNPJ nº 736.560.896-04 ([0536027](#)), seus respectivos documentos de habilitação ([0535940](#), [0535990](#), [0535999](#), [0536007](#) e [0536015](#)) e a proposta ajustada ([0536029](#));

c) Solicitação nº 55/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0536030](#)), o Pregoeiro solicita manifestação da unidade demandante (COMAP) sobre os documentos de qualificação técnica e econômico-financeira apresentado pela licitante citada.

d) Manifestação da unidade técnica – COMAP ([0536216](#)) informando que a proposta da empresa está de acordo com o exigido no procedimento licitatório e que a documentação apresentada pela empresa **ATENDEU PARCIALMENTE** quanto aos requisitos de qualificação, sendo importante a realização de diligências para que a licitante comprove o tipo e a capacidade de passageiros das aeronaves empregadas nos serviços descritos nos Atestado de Capacidade Técnica - ACT.

e) Documento complementar de qualificação técnica ([0538812](#));

f) Manifestação da unidade técnica – COMAP ([0539923](#)) favorável sobre os documentos de habilitação técnica exigidos pelo edital;

g) Ata do Pregão Eletrônico nº 11/2020 ([0541523](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

h) Resultado por fornecedor ([0541527](#));

i) Recurso interposto pela licitante **HELMARTE TAXI AEREO LTDA, CNPJ nº 03.330.048/0001-56** ([0544213](#) e [0544214](#));

g) Manifestação nº 24/2020-PRES/DG/SAOFC/COMAP ([0544910](#)) sobre as razões e contrarrazões apresentadas a fim de subsidiar a decisão do Pregoeiro;

h) Despacho nº 838/2020 – PRES/DG/GABDG ([0545735](#)), suspendendo o PE nº11/2019, a fim de propiciar as diligências necessárias para esclarecimento de questões levantadas devido ao recurso interposto;

i) Documentações apresentadas pela empresa SAGRES TAXI AÉREO LTDA em resposta a solicitação de diligência ([0548082](#), [0548083](#), [0548086](#), [0548088](#) e [0548090](#) e [0548091](#)).

j) Consulta à ANAC realizada pela COMAP ([0548823](#)) e sua respectiva resposta ([0548877](#));

l) Manifestação nº 28/2020-PRES/DG/SAOFC/COMAP ([0548880](#)) sobre as razões e contrarrazões apresentadas a fim de subsidiar a decisão do Pregoeiro;

m) Petição do advogado da empresa recorrente ([0549212](#));

n) Decisão do pregoeiro, julgando improcedente o recurso citado ([0549232](#) e [0549246](#)).

06. Por fim, o pregoeiro apresenta a Informação nº 43/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0549213](#)), sobre a petição juntada ao evento [0549213](#), e seu Relatório nº 44/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC com a síntese de todo o procedimento licitatório, e demanda a autoridade superior a adjudicação do item e homologação do certame ([0549256](#)).

07. Assim instruídos, os autos foram remetidos a esta AJDG para análise do certame (Remessa 91 - [0549278](#)). **É o relatório.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II – ANÁLISE JURÍDICA

08. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 4º, inc. V, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto.

09. Na publicação do aviso ([0523293](#) e [0530648](#)) consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, inc. II, da Lei nº 10.520/2002.

10. Passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as principais ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) Pedido de esclarecimentos e impugnação ao Edital: Não houve.

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve.

c) Lances: Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0535935](#)), na Ata de Realização do Pregão Eletrônico nº 11/2020 ([0541523](#)). Não houve recusa de lances.

d) Item deserto: Não houve.

e) Cancelados na aceitação: Não houve.

f) Fase de negociação/ aceitação: Nesta fase, o Pregoeiro negocia com as licitantes, via Sistema Eletrônico – *chat* -, a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de obter preço ainda melhor, observado o critério de julgamento. As ocorrências estão registradas no item 5.3 do Relatório do pregoeiro ([0549256](#)), cuja justificativa demonstra a aplicação acertada e objetiva dos critérios de aceitação de proposta estabelecidos no instrumento



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

convocatório. Destaca-se a atuação do responsável técnico da unidade (COMAP), o qual classificou e na aceitação do item, conforme Manifestação nº 12/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP ([0536216](#)).

g) Fase de Habilitação: A empresa **SAGRES TÁXI AÉREO LTDA.** atendeu os requisitos de habilitação com a apresentação dos documentos necessários ([0535940](#), [0535990](#), [0535999](#), [0536007](#) e [0536015](#)) E documentos complementares ([0538812](#)). A unidade demandante manifestou-se pela regularidade da documentação (Manifestação nº 12/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP – [0536216](#) e Manifestação nº 17/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP - [0539923](#)), dessa forma a citada licitante foi habilitada.

h) Recurso: O recurso ([0544213](#) e [0544214](#)) foi conhecido ante o preenchimento dos pressupostos recursais e no mérito pelo não acolhimento dos pedidos, posto que improcedentes ([0549232](#)). Registra-se que a empresa recorrida não apresentou contrarrazões. Diante da existência de recurso a adjudicação do objeto do item caberá a autoridade superior.

11. De primeiro, oportuno informar que a fase recursal do pregão, seja ele eletrônico ou presencial, inicia-se ao término da sessão, quando ocorre a declaração do vencedor por parte do pregoeiro, antes do ato da adjudicação. Trata-se de uma declaração divulgada na própria sessão pública, não havendo necessidade de publicação na imprensa oficial, nos termos do § 1º do artigo 109, da Lei nº 8.666/93.

12. Andou bem o pregoeiro ao disponibilizar aos demais licitantes toda a documentação relativa à proposta e à habilitação a fim de possibilitar a interposição de recurso e a fundamentação desses, nesse sentido Acórdão -TCU Plenário nº 339/10.

13. Também avaliou de forma correta o juízo de admissibilidade, levou em consideração a presença dos pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação), sem adentrar no exame prévio do mérito do pedido (Acórdão TCU-Plenário nº 2627/13).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14. Foi oportunizado a todos os licitantes interessados contraditar os termos das peças apresentadas, de forma a garantir a observância do devido processo legal e do contraditório, nos termos do inciso XVIII, artigo 4º, da Lei nº 10.520/02.

15. Com relação ao mérito considerado improcedente pela análise do pregoeiro, a recorrente não apresentou razões plausíveis para frutificar suas alegações recursais ([0544213](#) e [0544214](#)). Em suas razões de recurso, alega em síntese que:

a) os atestados de capacidade técnica – ATC apresentados emitidos pela BRINKS SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, pela JK TÁXI AÉREO LTDA e pela TAESE não está de acordo com o edital. O da primeira atesta que o transporte realizado foi de passageiros não-regular no período de 2014 a 2015 e 2019, o que não corresponde com o serviço a ser prestado. Já o da segunda, a recorrente levanta suspeita ao fato de a emitente também ser empresa especializada em serviço de Táxi Aéreo. Quanto ao emitido pela terceira, afirma que o serviço prestado pela vencedora não foi de transporte de passageiros ou carga e sim com a finalidade de sobrevoar o empreendimento TSN. Ainda, alegou que os documentos complementares juntados em 22.05.2020 pela recorrida não modificou o teor dos atestados inicialmente juntados.

O edital estabelece no seu item 9.3, “a”, II, que as empresas possuam registrado em seu ato constitutivo ramo de atividade **compatível** com o objeto da licitação, e não *ipsis litteris* ao objeto, significado bem diferente daquele que o recorrente quer impor. Além disso, o instrumento convocatório não faz ressalva quanto as datas de emissão dos ATC.

b) a SAGRES sofreu uma suspensão cautelar imposta pela ANAC, conforme se verifica no processo nº 00058.505728/2017-14.

Tal assunto não é abordado pelo edital, portanto, em observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, o pregoeiro não poderia analisar condições pretéritas das licitantes.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) a proposta negociada da recorrente não teve qualquer fundamentação quanto à aparente inexequibilidade da redução drástica para o valor estimado de R\$ 397.500,00 (oferta inicial foi de 1.300.000,00).

Nesse caso, os itens 5.5, 8.6 e 8.7 do edital permitem a negociação com vistas à redução do valor e a convocação de anexo de proposta atualizado, o que foi executado pelo Pregoeiro. Portanto, a proposta acha-se regular.

d) a pesagem declarada na FIAM da recorrida (em maio de 2012) está fora dos parâmetros do RBAC nº 135, que estabelece sua validade máxima de 3 anos ou conforme determinado em manual de voo da aeronave, exigido no item 9.3, “B”, IV do Edital.

Embora o documento apresentado pela vencedora tenha sido emitido por instituição competente, por cautela, realizou-se diligência junto a ANAC e verificou-se a ocorrência de um erro material comprovado por ficha de pesagem trazida ao processo.

e) a empresa SAGRES não apresentou, juntamente com seus documentos e habilitação, as certidões negativas de improbidade administrativa junto ao CNJ, e de licitantes inidôneas perante o TCU.

No item 9.7 do edital, é previsto que tais consultas constituem dever “do pregoeiro” e não da licitante. Logo, este servidor realizou a consulta, conforme determinado pelo edital.

16. Destaca-se que houve a manifestação da unidade técnica demandante, oportunidade em que analisou todos os pontos alegados pelas recorrentes, já citados no item 15 deste opinativo ([0544910](#) e [0548880](#)).

17. O recurso foi conhecido pelo Pregoeiro, posto que tempestivo e adequado, contudo manteve a decisão atacada. Assim, não houve juízo de retratação ([0549246](#)).

18. Destaca-se que o pregoeiro agiu corretamente ao rejeitar em sua análise as alegações das empresas recorrentes. O princípio da vinculação ao instrumento convocatório possui extrema relevância, na



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas.

19. Dessa feita, em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas. É o que estabelecem os artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993, *in verbis*:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexistiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor; grifos acrescidos

20. Trata-se, na verdade, de princípio inerente a toda licitação e que evita não só futuros descumprimentos das normas do edital, mas também o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame, tais como o da transparência, da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo.

21. A Corte de Contas observa que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração e o licitante a observarem as regras e condições previamente estabelecidas no edital, vejamos o Acórdão TCU 4091/2012 – Segunda Câmara:

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO. EXIGÊNCIA DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA EM PERCENTUAL MÍNIMO DE 50% PARA TODOS OS ITENS LICITADOS. ILEGALIDADE. ACEITAÇÃO DE ATESTADOS DOS VENCEDORES EM DESACORDO COM O PRÓPRIO EDITAL. MALFERIMENTO DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. APLICAÇÃO DE MULTA AOS RESPONSÁVEIS. DETERMINAÇÕES. PEDIDO DE REEXAME. CONHECIMENTO. NEGATIVA DE PROVIMENTO

22. Sem reparos a decisão do pregoeiro, que não utilizou seu juízo de retratação, pautado na manifestação da unidade técnica demandante



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

das aquisições, avaliou todas as razões do recurso, com suporte em normas pertinentes ao assunto.

23. Vê-se, portanto, que a decisão do Pregoeiro seguiu fielmente as regras editalícias em relação à solução dos fatos, do contrário correria o risco na ilegalidade e nulidade do procedimento licitatório.

24. Releva registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, conforme registrado na ata do certame ([0541523](#)).

25. Desse modo, **conclui-se que o procedimento transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública.

26. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei nº 8.666/93 e da legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

27. Sobre a petição juntada no evento [0549212](#), que, além de solicitar o recebimento das razões recursais e seus anexos e a disponibilização destes a recorrida, **solicita a disponibilização de gravação da ligação telefônica na íntegra**, é importante fazer os seguintes apontamentos.

28. Segundo a CF, art. 5º, XII, as comunicações telefônicas, em regra, são invioláveis, sendo a quebra do seu sigilo permitida apenas nas hipóteses e na forma estabelecida por lei e com intuito de compor investigação criminal ou instrução processual. Isso porque este preceito protege outro também constitucional, previsto no inciso X do mesmo artigo: a intimidade e a vida privada.

29. Desta forma, a gravação telefônica feita por um dos interlocutores, embora não seja necessária a autorização judicial, só poderá ser realizada sem configurar prática ilícita se for informado ao interlocutor, no início do diálogo, de que a conversa está sendo gravada, sob pena de violação à intimidade e vida privada da pessoa.

30. No caso em comento, não se verifica nos autos a existência de sistema de gravação de conversa telefônica nos canais de comunicação deste Tribunal. O que inviabilizaria o deferimento do pedido citado.

31. Apesar disso, ressalta-se que, na Informação nº 43/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0549213](#)), o pregoeiro apresenta



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

justificativas plausíveis quanto a motivação do advogado para a solicitação da gravação (falta de urbanidade do servidor), *ipsi litteris*:

Quanto à alegada ofensa à honra do advogado, a questão é deveras subjetiva. Nem de longe o Pregoeiro teve a intenção de ofender o Advogado. Ao contrário, orientou o advogado a entrar em contato com a empresa licitante para que esta efetuasse o registro do recurso no sistema, pois espera-se que a licitante saiba operar o sistema. Quando o advogado começou a invocar razões jurídicas para dizer que “não era esse o procedimento que o Pregoeiro deveria adotar”, foi-lhe dito que o Pregoeiro conhece seus deveres e que não iria discutir a questão por telefone, sendo mais uma vez orientado a procurar a licitante para que esta opere adequadamente o sistema. A interpretação dessa conversa é de total responsabilidade do advogado, o que se constitui questão subjetiva. Repita-se, não houve intenção de ofender o profissional, mas orientá-lo a procurar seu cliente, que deve saber o operar o sistema e incluir, no campo próprio do sistema, a peça recursal. Tanto, que assim o fez e, conseqüentemente, o recurso foi conhecido.

32. À vista disso, entende que o requerimento em comento poderá ser atendido pela autoridade competente, caso seja tecnicamente possível, bem como não se verifica nos autos provas cabais de conduta reprovável por parte do servidor deste TRE-RO.

III – CONCLUSÃO

33. Por todo o exposto, esta Assessoria Jurídica opina pela:

a) adjudicação do objeto em favor da empresa SAGRES TAXI AEREO LTDA, CNPJ nº 07.765.850/0001-20, já que demonstrado nos autos condições para contratação com o setor público;

b) homologação do certame pela autoridade competente, com fundamento no art. 4º, XXI e XXII da Lei nº 10.520/02; e

c) análise da solicitação de disponibilização da gravação telefônica contido no requerimento juntada ([0549212](#)), nos termos do disposto constitucional de petição, previsto no inc. XXXIV, "a", da CF, observando a Informação nº 43/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/ SLC ([0549213](#)).

34. Vale lembrar que, após a decisão da autoridade superior, os autos devem retornar ao Pregoeiro para publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e juntada do comprovante aos autos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, Analista Judiciário, em 22/06/2020, às 16:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 22/06/2020, às 16:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002716-74.2019.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO (COMAP).

ASSUNTO: Decisão do recurso da empresa HELIMARTE TAXI AÉREO LTDA e Homologação do Pregão nº 11/2020.

DECISÃO Nº 10 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP do TRE/RO ([0476815](#)), objetivando a contratação de empresa especializada em fretamento de aeronave, tipo helicóptero, para a realização de serviços de transporte de passageiros e pequenas cargas nas Eleições Municipais de 2020, especificamente nas regiões que abrangem a 1ª Zona Eleitoral do Município de Guajará-mirim e a 5ª Zona Eleitoral do Município de Costa Marques, no Estado de Rondônia, conforme TR nº 20/2020 ([0513993](#)).

Após a aprovação da despesa, foi inaugurada a fase externa do processo licitatório com a publicação do Edital de Pregão Eletrônico n. 11/2020 ([0529630](#)). Não houve pedido de esclarecimento ou impugnação ao Edital.

Na sequência, vieram aos autos os documentos extraídos do certame, dentre eles a Ata do Pregão Eletrônico ([0541523](#)) e o Resultado por Fornecedor ([0541527](#)). Da ata do Pregão, extrai-se que a melhor proposta para o item único foi apresentada pela licitante SAGRES TAXI AEREO LTDA, no valor de R\$ 299.651,97 (duzentos e noventa e nove mil seiscentos e cinquenta e um reais e noventa e sete centavos).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A empresa HELIMARTE TAXI AÉREO LTDA manifestou intenção de recurso contra a decisão do Pregoeiro que habilitou a empresa SAGRES TAXI AEREO LTDA para o presente certame ([0544213](#)). Em suas razões recursais, aduz, em síntese, que: a) os atestados de capacidade técnica – ATC apresentados emitidos pela BRINKS SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, pela JK TÁXI AÉREO LTDA e pela TAESE não estão de acordo com o edital; b) a recorrida sofreu uma suspensão cautelar imposta pela ANAC, conforme se verifica no processo nº 00058.505728/2017-14; c) aparente inexequibilidade da proposta, ante a aceitação da redução drástica do lance posterior; d) a pesagem declarada na FIAM da recorrida (em maio de 2012) está fora dos parâmetros do RBAC nº 135, que estabelece sua validade máxima de 3 anos ou conforme determinado em manual de voo da aeronave, exigido no item 9.3, “B”, IV do Edital; e e) a empresa SAGRES não apresentou, juntamente com seus documentos e habilitação, as certidões negativas de improbidade administrativa junto ao CNJ, e de licitantes inidôneas perante o TCU.

A empresa recorrida não apresentou contrarrazões.

Com base nos argumentos da recorrente, a unidade demandante se manifestou pela suspensão do certame pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis, para elucidar a questão técnica da pesagem e balanceamento da aeronave ofertada pela recorrida, dada a relevância para a segurança da operação da aeronave que se pretende utilizar na execução dos serviços ([0544910](#)).

Em atendimento à manifestação supra, em razão do interesse público e com fundamento no artigo 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93, esta diretora-geral determinou a suspensão do certame pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis ([0545735](#)). Dessa forma, foi solicitado à recorrida que apresentasse pelo menos 1 (um) diário de bordo, 1 (um) plano de voo e 1 (uma) nota fiscal relativos aos serviços prestados para cada empresa que a qualificou como especializada em transporte aéreo de passageiros e carga, sob pena de revisão de sua habilitação.

Em atendimento à diligência, vieram aos autos inúmeros documentos consistentes em registros de voos e notas fiscais de serviços prestados pela recorrida às empresas BRINKS SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA e TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S/A - TAESA, todos juntados nos eventos [0548082](#), [0548083](#), [0548086](#), [0548088](#), [0548090](#) e [0548091](#).

Além disso, a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC encaminhou a este Tribunal sua posição sobre a questão e sobre os



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

documentos apresentados pela licitante SAGRES no certame do Pregão n. 11/2020, concluindo nos seguintes termos (evento [0548877](#)):

(....)

Em atenção à consulta enviada sobre a situação técnica e documentação relativa a pesagem e Inspeção Anual de Manutenção-IAM da aeronave PP-MPF apresentada pela empresa SAGRES TÁXI AÉREO LTDA, temos o seguinte:

Em relação ao primeiro questionamento, os documentos mencionados são suficientes. A questão levantada sobre a pesagem (dentre outras) é verificada por meio de fiscalizações realizadas pela Anac e uma vez que a aeronave consta nas especificações operativas, ela está apta para realização da operação mencionada.

No caso específico, foi verificado um erro de preenchimento em que será feita a correção com a possível apresentação de documentação satisfatória pela empresa licitante.

No que diz respeito aos requisitos mencionados (RBAC 91, RBAC 135 e RBAC 145), temos que os requisitos RBAC 91.423 (em vigor desde 01 de junho do corrente) e RBAC 145.109 (b)-II não são aplicáveis à aeronave em tela. Este é aplicável a equipamentos para se realizar medições em oficinas de manutenção aeronáutica e aquele é aplicável a aeronaves categoria transporte (que são maiores que a aeronave em questão). Já o RBAC 135.185(a) é de fato aplicável e se sobreporia sobre o RBAC 91 (se fosse aplicável) em caso de conflito para operadores de táxi-aéreo. Porém, como mencionado acima, é um dos itens verificados na certificação e manutenção do certificado da empresa.

Por fim, agradecemos a iniciativa deste Tribunal, que muito contribui para a cultura de segurança de voo e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos e informações adicionais.

Com base na documentação apresentada e na manifestação da ANAC, a unidade demandante se manifestou pela improcedência do recurso manejado pela licitante HELIMARTE TAXI AÉREO LTDA e pela manutenção da decisão do pregoeiro que declarou vencedora do certame a licitante SAGRES TAXI AÉREO LTDA ([0548880](#)).

A recorrente então juntou petição (0549187) alegando falta de urbanidade no tratamento ao seu procurador, Dr. Welys Araújo de Assis, por parte do servidor Andercledson Reis, e solicitou a disponibilização da gravação da ligação telefônica na íntegra.

Em resposta, o pregoeiro alega, em síntese, que não houve intenção de ofender o profissional, mas orientá-lo a procurar seu cliente, que deve saber o operar o sistema e incluir, no campo próprio do sistema, a peça recursal. Tanto, que assim o fez e, consequentemente, o recurso foi conhecido ([0549213](#)).

Em relação ao recurso, o pregoeiro se manifestou pelo seu conhecimento e, no mérito, pela sua improcedência, mantendo a decisão atacada ([0549246](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por fim, a AJDG emitiu o Parecer Jurídico nº 122/2020 (0550440), opinando pela adjudicação do objeto à empresa SAGRES TAXI AEREO LTDA e pela homologação do certame.

É o necessário. Passo à análise do recurso.

Preliminarmente, verifica-se que a recorrente participou do certame, caracterizando o seu interesse. O recurso foi apresentado na forma prevista no edital e tempestivamente. Assim, conheço do recurso.

Passo ao mérito.

Compulsando os autos, verifico que a recorrida apresentou junto com os demais documentos de habilitação, os atestados de capacidade técnica – ATC emitidos pela BRINKS SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, pela JK TÁXI AÉREO LTDA e pela TAESE, na forma exigida pelo edital. Conforme bem asseverado pelo pregoeiro, o edital não exigiu ACT com quantidade mínima de passageiro nem que o documento expressasse atividade “exatamente igual”. Além disso, em atendimento à diligência solicitada, a recorrida apresentou vasta documentação comprovando estar apta à prestação do serviço a que se pretende contratar.

Quanto à suspensão cautelar imposta pela ANAC, o edital não restringiu a participação de empresa que tenham sofrido sanções pretéritas. Dessa forma, em observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, não se poderia inabilitar a recorrida sob tal argumento.

No tocante à suposta inexecutabilidade da proposta, verifica-se que a recorrida simplesmente aceitou reduzir o valor ofertado para adequar-se ao máximo estimado pela Administração. Conforme relatado pelo pregoeiro, os itens 5.5, 8.6 e 8.7 do edital permitem a negociação com vistas à redução do valor e a convocação de anexo de proposta atualizado. Não há o que se falar de irregularidade neste aspecto.

Quanto à suposta irregularidade da pesagem declarada na FIAM da recorrida (em maio de 2012) está fora dos parâmetros do RBAC nº 135, que estabelece sua validade máxima de 3 anos ou conforme determinado em manual de voo da aeronave, exigido no item 9.3, “B”, IV do Edital, a Administração diligenciou à ANAC, que confirmou a regularidade do documento e da empresa vencedora e registrou que houve um erro material comprovado por ficha de pesagem trazida ao processo nessa diligência e que demonstra que tal pesagem, de fato, ocorreu na data de 11/10/2018. Além disso, a regularidade do documento foi verificada com



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

base da FIAM apresentada, com registro da data de validade da Inspeção Anual de Manutenção - IAM até 12/06/2020. Assim, não há qualquer irregularidade neste sentido.

Quanto a não apresentação das certidões negativas de improbidade administrativa junto ao CNJ pela recorrida, o edital prevê no item 9.7 que tais consultas constituem dever do Pregoeiro, que assim o fez.

Conclui-se, portanto, que os os atestados de capacidade técnica – ATC emitidos comprovam o mínimo objetivamente definido no edital. Dessa forma, a decisão do Pregoeiro seguiu fielmente as regras editalícias em relação à solução dos fatos, e não merece reforma.

Constata-se, ainda, que no certame foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e 10.520/2002, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o qual transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0541523](#)).

Por fim, antes da análise do requerimento de disponibilização de gravação da ligação telefônica realizada entre o advogado da recorrente e o pregoeiro, convém verificar a viabilidade técnica de seu atendimento. Neste sentido, convém solicitar à gestora do Contrato nº 05/2019, firmado entre este Tribunal e a empresa OI S.A., para prestação de serviço de telefonia fixa comutada (STFC), a informação de que se há gravação de todas as ligações no âmbito deste Tribunal, e em caso afirmativo, se esta ligação específica foi gravada, tendo em vista a informação de que a ligação foi direcionada ao aparelho celular particular do pregoeiro.

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, esta diretora-geral:

a) **Conhece do recurso** interposto pela empresa HELIMARTE TAXI AÉREO LTDA e, **no mérito, nega provimento**, mantendo inalterada a decisão do pregoeiro em todos os seus fundamentos;

b) **ADJUDICA o objeto em favor da empresa SAGRES TAXI AEREO LTDA, CNPJ nº 07.765.850/0001-20**, já que demonstrado nos autos condições para contratação com o setor público, com fundamento no art. 4º, XXI da Lei n. 10.520/02; e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) **HOMOLOGA O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 11/2020 (0529630)**, com fundamento no art. 4º, XXII da Lei n. 10.520/02.

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

À STI/COSEIC, gestora do Contrato nº 05/2019 para informar se a ligação realizada do celular do patrono da recorrente pelo nº (69) 99212-0375 para a linha (69) 3211-2082, às 19h02 do dia 1º/06/2020 foi gravada.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 25/06/2020, às 13:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 20/2020 - PRES/DG/SAOFC/COMAP

1 - INTRODUÇÃO

1.1 Em cumprimento ao disposto no artigo 3º, Incisos I a III, da Lei n. 10.520/2002, ao art. 3º, XI c/c o art. 8º, II do Decreto Federal n. 10.024/2019, Resolução TSE n. 23.234/2010, Instrução Normativa – TRE-RO n. 004/2008, elaboramos o presente Termo de Referência para contratação de empresa para a prestação de serviços de táxi aéreo, por aeronave com asa rotativa (helicóptero), com vistas ao atendimento de demanda advinda do Pleito Eleitoral de 2020.

2 - DO OBJETO

2.1 Contratação de empresa especializada, detentora de Certificado de Operador Aéreo, emitido pela ANAC, para a prestação de serviços de táxi aéreo, por aeronave com asa rotativa (helicóptero), no período de 01/10/2020 a 05/10/2020 (1º turno das Eleições), para efetuar o serviço de transporte de passageiros e de pequenas cargas durante as Eleições 2020,

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

devendo a aeronave possuir capacidade, no mínimo, para 4 (quatro) passageiros e 150 Kg (cento e cinquenta quilogramas) de carga, para execução dos itinerários abaixo:

2.2 – Itinerário 1º Turno.

ROTA 1	ITINERÁRIO Operação de Distribuição	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Translado - Deslocamento cidade de origem/Guajará- Mirim/cidade de destino			
02	Guajará-Mirim /Santo André /Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Quinta ou sexta-feira (01/10 ou 02/10/20), período da manhã
03	Guajará-Mirim /Rio Negro Ocaia /Guajará- Mirim	150 km	2,0 h	Quinta ou sexta-feira (01/10 ou 02/10/20), período da manhã
04	Guajará-Mirim /Costa Marques /Pedras Negras /Costa Marques /Guajará- Mirim	760 km	6,0 h	Quinta ou sexta-feira (01/10 ou 02/10/20), período da manhã

ROTA 2	ITINERÁRIO Operação de Contingência (eventual)	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Guajará-Mirim / Santo André / Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Sábado ou Domingo (03/10 ou 04/10/20), período da manhã.
02	Guajará-Mirim / Rio Negro Ocaia / Guajará- Mirim	150 km	2,0 h	Sábado ou Domingo (03/10 ou 04/10/20), período da manhã.
03	Guajará-Mirim / Costa Marques / Pedras Negras / Costa Marques / Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Sábado ou Domingo (03/10 ou 04/10/20), período da manhã.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ROTA 3	ITINERÁRIO Operação de Recolhimento/Retorno	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Guajará-Mirim /Santo André /Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Domingo (04/10/20) Saida: por volta de 15 horas; Retorno: no máximo às 17h15 (horário definido para pouso diurno no destino).
02	Guajará-Mirim /Rio Negro Ocaia /Guajará-Mirim	150 km	1,0 h	Segunda-feira (05/10/20), início período da manhã.
03	Guajará-Mirim / Pedras Negras /Guajará-Mirim	550 km	5,0 h	Segunda-feira (05/10/20), período da manhã, podendo se estender até o período da tarde.

Nota: De acordo com informação disponível no site da ANAC: <http://www.anac.gov.br/Anac/assuntos/setor-regulado/aerodromos>, ACESSO RÁPIDO - LISTA DE AERÓDROMOS PÚBLICOS, o aeroporto de Guajará-Mirim está autorizado para operações VFR Diurno/Noturno e IFR Diurno/Noturno, dentro das especificações de operação definidas no ato de autorização. Contudo, consulta atual ao site do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DCEA), revelou que as luzes do referido aeródromo estão indisponíveis. Assim, as condições de operação, nas datas dos voos, devem ser checadas no site do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DCEA).

Independente dessas informação, TODOS os voos foram programados para iniciar e encerrar em período diurno.

2.3 DA OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

O TRASLADO refere-se à cidade de onde a aeronave se encontra e será deslocada até a cidade de Guajará-Mirim e retorno ao local de origem.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Os serviços consistem na distribuição e recolhimento de pessoal, urnas eletrônicas e materiais diversos, organizados em rotas, conforme abaixo:

1º TURNO DAS ELEIÇÕES:

a) **Período de execução:** 08h do dia **02/10/2020 (quinta-feira)** até às 18h do dia **05/10/2020 (segunda-feira)**.

b) Operação de Distribuição:

ROTA	ITINERÁRIO	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
	Operação de Distribuição:			
01	Guajará-Mirim /Santo André /Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Quinta ou sexta-feira (01/10 ou 02/10/20), período da manhã
02	Guajará-Mirim /Rio Negro Ocaia /Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Quinta ou sexta-feira (01/10 ou 02/10/20), período da manhã
03	Guajará-Mirim /Costa Marques /Pedras Negras /Costa Marques /Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Quinta ou sexta-feira (01/10 ou 02/10/20), período da manhã

1. Os voos poderão ser realizados no mesmo dia ou em dias subsequentes (quinta ou sexta-feira), os serviços de atendimento e recolhimento deverão estar concluídos até às 18h00min da segunda-feira (dia 05/10/2020).

2. A base de operação e o pernoite deverão ser na cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia.

3. A Contratada deverá ajustar os horários de deslocamento diretamente com o Juiz Eleitoral da respectiva circunscrição.

c) Operação de Contingência:

ROTA	ITINERÁRIO	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
	Operação de Contingência			

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	(eventual)			
01	Guajará-Mirim / Santo André / Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Sábado ou Domingo (03/10 ou 04/10/20), período da manhã.
02	Guajará-Mirim / Rio Negro Ocaia / Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Sábado ou Domingo (03/10 ou 04/10/20), período da manhã.
03	Guajará-Mirim / Costa Marques / Pedras Negras / Costa Marques / Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Sábado ou Domingo (03/10 ou 04/10/20), período da manhã.

1. A operação de contingência, nos limites definidos pelo quadro de acima, somente será realizada em casos em que o suporte por meio da aeronave for determinando, de forma justificada, pelos Juízes Eleitoral de Costa Marques ou Guajará Mirim com o objetivo de solucionar eventuais problemas que possam surgir no desenvolvimento dos trabalhos. O referido ato deverá ser informado ao ordenador de despesas para autorização da execução dos serviços.

2. Esses serviços são ESTIMATIVOS e poderão ser realizados de forma parcial ou total, mas em qualquer caso não obriga a Administração contratante a sua efetivação.

3. Os voos poderão ser realizados no mesmo dia ou em dias subsequentes (sábado ou domingo), mas deverão estar concluídos até às 18h00min da segunda-feira (dia 05/10/2020).

4. A base de operação e o pernoite deverão ser na cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia.

5. A Contratada deverá ajustar os horários de deslocamento diretamente com o Juiz Eleitoral.

d) Operação de Recolhimento/Retorno:

ROTA	ITINERÁRIO Operação de Recolhimento/Retorno	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Guajará-Mirim / Santo André / Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Domingo (04/10/20) Saida da base: por volta



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				de 15 horas; Retorno: no máximo às 17h15 (horário definido para pouso diurno no destino).
02	Guajará-Mirim /Rio Negro Ocaia /Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Segunda-feira (05/10/20), início período da manhã.
03	Guajará-Mirim / Pedras Negras /Guajará-Mirim	550 km	5,0 h	Segunda-feira (05/10/20), período da manhã, podendo se estender até o período da tarde.

1. Os voos serão realizados nos dias e horários indicados no quadro acima, ou outro horário a ser definido pelo Juízo Eleitoral.
2. Concluindo a ROTA 03, a aeronave estará liberada pelo fiscal do Contrato.

2.4 DAS CONDIÇÕES GERAIS DO SERVIÇO

2.4.1. Em todas as viagens, a Contratada deverá fornecer o combustível necessário ao fiel cumprimento do itinerário especificado, responsabilizando-se, inclusive, por toda a logística de abastecimento da aeronave. Sugerem-se as cidades de Guajará-Mirim e Costa Marques, ambas em Rondônia, para apoio à logística das operações.

2.4.2. A empresa vencedora deverá arcar com todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução dos serviços especificados no presente Termo de Referência, tais como: tarifas aeroportuárias, comunicações, combustíveis e lubrificantes, despesas com abastecimento, seguros de responsabilidade civil e outros.

2.4.3. A contratada deverá arcar também com os custos inerentes à segurança da permanência da aeronave no solo, transporte e alimentação de seus tripulantes.

2.4.4. A aeronave deverá ficar à disposição do Juízo da 1ª Zona Eleitoral do Município de Guajará-Mirim a partir das 9h do dia 1º de outubro de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2020 (quinta-feira) até às 18h do dia 5 de outubro de 2020 (segunda-feira), podendo sua liberação ser antecipada pelo Juiz Eleitoral, caso ocorra a finalização dos serviços antes do prazo previsto.

2.4.5. As coordenadas geográficas (latitude e longitude) de cada localidade onde serão prestados os serviços são:

- **Guajará-Mirim:** Latitude: 10° 46' 58'' S // Longitude: 65° 20' 22'' W
- **Santo André:** Latitude: 11° 09' 47'' S // Longitude: 065° 01' 01'' W
- **Rio Negro Ocaia:** Latitude: 11° 11' 00'' S // Longitude: 064° 50' 05'' W
- **Pedras Negras:** Latitude: 12° 51' 14'' S // Longitude: 062° 54' 07'' W

3 - DA JUSTIFICATIVA

3.1 A existência de locais de votação de difícil acesso é uma realidade a ser enfrentada pela Justiça Eleitoral, quando da realização dos Pleitos Eleitorais, haja vista o seu compromisso de proporcionar ao eleitor brasileiro o direito à cidadania, através do exercício do voto, não importando quão distante ou inacessível seja o seu domicílio.

3.2 O referido problema é enfrentado pela grande maioria dos Tribunais Regionais Eleitorais do País, sendo que o Estado de Rondônia não ficou imune a tal condição excepcional, pois há locais de difícil acessibilidade para fins de votação, em destaque alguns distritos, os quais não têm acesso facilitado seja por terra, seja por água, em decorrência das condições geográficas de acesso destas localidades e do fato de constituírem regiões com pouco ou quase nenhum desenvolvimento econômico.

3.3 Outro fator que contribui para o agravamento do problema é o elevado número de aldeias indígenas em regiões fronteiriças ou com demarcação de reservas florestais, cuja localização é afastada dos centros urbanos e sem nenhuma estrutura de acesso, seja por via terrestre ou fluvial.

3.4 Desta forma, tornou-se comum, no âmbito da Justiça Eleitoral de Rondônia, prover meios de transporte alternativos para a montagem de estruturas de votação para a realização dos Pleitos Eleitorais, seja por meio de locação ou requisição de veículos, de locação de barcos ou de fretamento de aeronaves, sendo este último, em razão de seu alto custo, utilizado somente quando prejudicadas as logísticas alternativas de transporte terrestres e fluviais.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.5 Ao longo de diversos pleitos eleitorais realizados por este Tribunal, a utilização de aeronaves para suprir o acesso a locais de votação de difícil acesso, vem sendo sistematicamente realizada para algumas localidades pertencentes às Zonas Eleitorais dos municípios de Guajará-Mirim e Costa Marques, conforme quadro abaixo:

DISTRITOS / LOCALIDADES / POVOADOS	SEÇÕES	ELEITORES
Aldeia Rio Negro Ocaia	02	456
Aldeia Santo André	02	346
Distrito Pedras Negras	01	53
TOTAL	05	855
Fonte: evento		

3.6 Considerando o histórico no atendimento a essas comunidades, em que pese o percentual irrisório de eleitores a serem atendidos com a logística alternativa de transporte, cabe a este Tribunal, por força do que dispõe a Constituição Federal e o Código Eleitoral Brasileiro, prover toda a logística de votação para as localidades de difícil acesso, com vistas a garantir o direito do cidadão brasileiro de exercer sua soberania por meio do Sufrágio Universal.

3.7 Por isso, a presença da Justiça Eleitoral, mesmo que somente em ano de eleição, constitui-se em fator de promoção da cidadania tão aviltada nessas localidades, por vezes completamente esquecidas pelo Poder Público.

3.8 Assim, com vistas a garantir integralmente a realização do Pleito Eleitoral de 2020 no Estado de Rondônia, faz-se necessário o fretamento de uma aeronave para suprir a estrutura de votação, inclusive de pessoal, nas localidades acima mencionadas, motivo pelo qual elaboramos o presente Termo de Referência.

3.9 As distâncias dessas localidades com relação à sede dos cartórios eleitorais são muito grandes. O meio de transporte mais seguro e rápido para atender essas localidades nas atividades de preparação e realização das eleições é o por via aérea, pois não há nessas três localidades vias terrestres (estradas) em condições viáveis de trânsito.

3.10 Se for considerada a via fluvial, é de conhecimento notório que, para as localidades de **Rio Negro Ocaia** e **Santo André** (Guajará-Mirim), nessa



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

época do ano (outubro), os rios de acesso se tornam não navegáveis por meio de barcos com motores convencionais, pois os rios ficam extremamente rasos. A sua navegação somente é possível com barcos de pequeno porte (máximo de 03 pessoas) com motores estilo "rabeta", o que não proporciona nenhuma segurança as pessoas e a carga, além do tempo de chegada, que poderá ser de até 12 horas.

3.11 Para o **Distrito de Pedras Negras** (Costa Marques), o acesso pela via fluvial é viável, mas o tempo de deslocamento é em média de 13 horas, o que se mostra sacrificante e perigoso para os colaboradores e com riscos de danos para a carga (urnas eletrônicas e suprimentos).

3.12 Portanto, a forma aérea se mostra ideal, adequada, rápida e mais segura. A opção da contratação pelo tipo helicóptero se deve pela maior flexibilidade de realizar os pousos nas referidas localidades, as quais somente o distrito de Pedras Negras possui pista de pouso e decolagem para aeronaves, tipo avião de pequeno porte, mas por vezes está em manutenção e possui difícil acesso até a localidade de Pedras Negras.

3.13 Quanto às especificações mínimas exigidas para a aeronave, tipo helicóptero, neste instrumento, justifica-se que são aquelas mais usuais no mercado, além de atender perfeitamente as necessidades deste Tribunal.

3.14 Já quanto a definição do período (em dias) em cada turno de eleição necessários de disponibilidade da aeronave, justifica-se pelas peculiaridades climáticas da região que se mostra bastante instáveis nessa época do ano (outubro) com a ocorrência de pancadas de chuvas ao longo de todo o dia, o que pode comprometer as operações em determinados dias.

3.15 Desta forma, é necessária a disponibilidade da aeronave com pelo menos dois dias anteriores às vésperas das eleições.

3.16 Por fim, verifica-se que os serviços foram ajustados para atendimento de apenas 1 turno de votação e subdivididos por tipo de **Operação de Serviço e Rotas**, para melhor identificar e especificar a logística adotada. Além disso, em cada turno de eleição foi previsto a chamada "**Operação de Contingência**", o qual servirá de reserva técnica para atender as situações de emergência e imprevisíveis durante a logística de operação normal, condicionando o pagamento somente quando realizado, seja parcialmente ou total.

4 - DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

Além disso, o objeto deste Termo de Referência consta no Planejamento Anual das Contratações para 2020, e vem ao encontro OBJETIVOS ESTRATÉGICOS estabelecidos no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 - MACRODESAFIOS deste órgão, a saber:

- Garantir a legitimidade do processo eleitoral;
- Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança

Adotar-se-á

como

Valores:

Ética: Atuação sob os princípios da honestidade, lealdade e dignidade;

Transparência: Garantia do acesso às informações, ações e decisões institucionais;

Acessibilidade: Garantir aos usuários o acesso simplificado e rápido a serviços e informações, observando os direitos de cidadania;

Celeridade: Atendimento da demanda do cidadão usuário no menor tempo possível;

Responsabilidade social e ambiental: Atitude responsável em relação aos critérios de sustentabilidade;

Inovação: Estímulo à criatividade e à busca de soluções diferenciadas;

Eficácia: Atuar no sentido de alcançar os resultados planejados;

Comprometimento: Atuação com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades;

Qualidade de vida do servidor: Promover a melhoria da qualidade de vida de seus servidores. atividades;

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Refere-se ao aperfeiçoamento dos mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias e ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral.

FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA E DA TRANSPARÊNCIA NO PROCESSO ELEITORAL

Está relacionado a objetivos e iniciativas que visem garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança e da transparência dos pleitos eleitorais, com a utilização de tecnologias e com a melhoria de processos de trabalho.

CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.

Têm por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos magistrados e servidores.

5 - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

5.1 De acordo com o Artigo 1º da Resolução CNJ n. 201/2015, os órgãos do Poder Judiciário devem criar unidades ou núcleos socioambientais, com atribuição - entre outras tantas - de especificar ou alterar a especificação já existente do material ou serviço solicitado, observando os critérios e práticas de sustentabilidade, em conjunto com a unidade solicitante (art. 6º, § 4º, II). Neste Tribunal, o referido núcleo foi instituído através da Portaria n. 425/2017, de 7/7/2017.

5.2 No entanto, a referida Resolução não estabeleceu critérios objetivos que possam ser utilizados na mensuração da sustentabilidade exigida, o que nos leva a presumir que tais critérios de mensuração deverão ser apresentados pelas unidades ou núcleos socioambientais. Trata-se de árdua e demorada tarefa, pois as exigências devem ser mensuradas individualmente por serviço ou bem, levando em consideração as peculiaridades de cada item a ser adquirido e o órgão fiscalizador de cada produto, o que requer grande fonte de pesquisa.

5.3 Já o novo Decreto Federal n. 10.024/2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, materializa o Princípio do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Desenvolvimento Sustentável, recentemente albergado no no art. 3º da Lei n. 8.666/93, observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

5.4 De acordo com o art. 6º da IN MPOG n. 001/2010-SLTI, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta, na contratação de serviços, a Administração Pública poderá exigir critérios de sustentabilidade ambiental.

5.5 Apesar dos critérios ainda não estarem implantados no TRE-RO, exigir-se-á da futura contratada, como medida sustentável para a contratação pretendida, a obrigação de fornecimento de toda documentação relacionada à execução contratual em meio digital, sempre que possível.

6 - DO VALOR ESTIMADO – PESQUISA DE MERCADO / COTAÇÃO DE PREÇOS

6.1 Para mera estimativa neste momento, os valores contratados nas eleições de 2018 (evento [0316699](#)), foram atualizados pelo IPCA no período de agosto de 2018 a dezembro de 2019, resultando no valor total estimado de **R\$ 299.651,97**, conforme demonstrado no quadro abaixo, os quais deverão ser ajustados após cotações de preços às empresas especializadas na prestação dos serviços:

1º TURNO DAS ELEIÇÕES 2020 - LOTE ÚNICO:

ROTA 1	ITINERÁRIO Operação de Distribuição	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)	VALOR CONTRATADO 2018 R\$	CORREÇÃO PELO IPCA (Período de agosto/2018 a dezembro/2019)
01	Translado - Deslocamento cidade de origem/Guajará- Mirim/cidade de destino.	2024.6	10,0 h	Quarta-feira (30/09/2020), 07:00 hs.	105.483,33	5,12%



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

02	Guajará-Mirim /Santo André /Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Quinta ou sexta-feira (01/10 ou 02/10/20), período da manhã	6.906,67	5,12%	7
03	Guajará-Mirim /Rio Negro Ocaia /Guajará- Mirim	150 km	2,0 h	Quinta ou sexta-feira (01/10 ou 02/10/20), período da manhã	13.813,33	5,12%	1
04	Guajará-Mirim /Costa Marques /Pedras Negras /Costa Marques /Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Quinta ou sexta-feira (01/10 ou 02/10/20), período da manhã	41.440,00	5,12%	4
Valor estimado da Rota 1							

ROTA 2	ITINERÁRIO Operação de Contingência	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)	VALOR CONTRATADO 2018 R\$	CORREÇÃO PELO IPCA (Período de agosto/2018 a dezembro/2019)
01	Guajará- Mirim / Santo André / Guajará- Mirim	110 km	1,0 h	Sábado ou Domingo (03/10 ou 04/10/20), período da manhã.	6.906,67	5,12%
02	Guajará- Mirim / Rio Negro Ocaia / Guajará- Mirim	150 km	2,0 h	Sábado ou Domingo (03/10 ou 04/10/20), período da manhã.	13 .813,33	5,12%
03	Guajará- Mirim / Costa Marques / Pedras Negras / Costa Marques / Guajará- Mirim	760 km	6,0 h	Sábado ou Domingo (03/10 ou 04/10/20), período da manhã.	41.440,00	5,12%

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Valor estimado da Rota 2

ROTA 3	ITINERÁRIO Operação de Recolhimento/Retorno	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)	VALOR CONTRATADO 2018 R\$	CORREÇÃO PELO IPC (Período de agosto/2011 dezembro/2011)
01	Guajará-Mirim /Santo André /Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Domingo (04/10/20) Saída: por volta de 15 horas; Retorno: no máximo às 17h (horário definido para pouso diurno no destino).	R\$ 6.906,67	5,12%
02	Guajará-Mirim /Rio Negro Ocaia /Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Segunda-feira (05/10/20), início período da manhã.	R\$ 13.813,33	5,12%
03	Guajará-Mirim / Pedras Negras /Guajará-Mirim	550 km	5,0 h	Segunda-feira (05/10/20), início período da manhã.	R\$ 34.533,33	5,12%
Valor estimado da Rota 3						
VALOR ESTIMADO PARA O LOTE ÚNICO						
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA AS ROTAS 1, 2, 3		R\$ 299.651,97				

1º TURNO DAS ELEIÇÕES 2020 - LOTE ÚNICO:

ROTA 1	ITINERÁRIO Operação de Distribuição	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO	EMPRESA 1	VALOR MÉDIO ESTIMADO
-------------------------	--	-------------------------	---------------------------	--	----------------------------	---

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				(ESTIMADO)	(0490963) R\$	R\$
01	Translado - Deslocamento cidade de origem/Guajará- Mirim/cidade de destino.				105.483,33	110.884,23
02	Guajará-Mirim /Santo André /Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Quinta ou sexta- feira (01/10 ou 02/10/20), período da manhã	6.906,67	7.260,30
03	Guajará-Mirim /Rio Negro Ocaia /Guajará- Mirim	150 km	2,0 h	Quinta ou sexta- feira (01/10 ou 02/10/20), período da manhã	13.813,33	14.520,59
04	Guajará-Mirim /Costa Marques /Pedras Negras /Costa Marques /Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Quinta ou sexta- feira (01/10 ou 02/10/20), período da manhã	41.440,00	43.561,79
Valor Rota 1					167.643,33	176.226,91

ROTA 2	ITINERÁRIO Operação de Contingência	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)	EMPRESA 1 (0490963) R\$	VALOR MÉDIO ESTIMADO R\$
01	Guajará- Mirim / Santo André / Guajará- Mirim	110 km	1,0 h	Sábado ou Domingo (03/10 ou 04/10/20), período da manhã.	6.906,67	7.260,30
02	Guajará- Mirim / Rio Negro Ocaia / Guajará- Mirim	150 km	2,0 h	Sábado ou Domingo (03/10 ou 04/10/20), período da manhã.	13.813,33	14.520,59
03	Guajará-	760	6,0 h	Sábado ou	41.440,00	43.561,79

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Mirim / Costa Marques / Pedras Negras / Costa Marques / Guajará- Mirim	km		Domingo (03/10 ou 04/10/20), período da manhã.		
Valor Rota 2				62.160,00	65.342,68

ROTA 3	ITINERÁRIO Operação de Recolhimento/Retorno	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)	VALOR MÉDIO ESTIMADO R\$
01	Guajará-Mirim /Santo André /Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Domingo (04/10/20) Saida: por volta de 15 horas; Retorno: no máximo às 17h (horário definido para pouso diurno no destino).	7.260,30
02	Guajará-Mirim /Rio Negro Ocaia /Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Segunda-feira (05/10/20), início período da manhã.	14.520,59
03	Guajará-Mirim / Pedras Negras /Guajará-Mirim	550 km	5,0 h	Segunda-feira (05/10/20), período da manhã, podendo se estender até o período da tarde.	36.301,49
					58.082,38

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Valor Rota 3	
---------------------	--

VALOR ESTIMADO PARA O LOTE ÚNICO (R\$)	
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O LOTE ÚNICO - ROTAS 1, 2, 3.	

6.2 O valor estimado possui caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente apenas aos órgãos de controle externo e interno, tornando-se público após o encerramento do envio de lances, nos termos do art. 15, § 1º e § 2º, do Decreto Federal 10.024/2019.

7. DA CLÁUSULA DE ADERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA

A contratação do serviço de fretamento de aeronave, discriminado no presente Termo de Referência, está prevista no planejamento orçamentário desta unidade para o exercício de 2020, devendo a despesa pleiteada ser custeada pelo Orçamento de Pleitos Eleitorais, conforme demonstrado no quadro abaixo:

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Pleito Eleitoral
AGREGADOR	Despesas de Funcionamento
DESPESA AGREGADA	Votação em Locais de Difícil Acesso
PLANO INTERNO	LDA TRANSP 1
VALOR ESTIMADO	R\$ 299.651,97

8 - DO CERTAME LICITATÓRIO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.1 ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:

8.1.1 Trata-se serviços comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações usuais no mercado, sendo certo afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final dos serviços. Dessa forma, com fundamento no Art. 1º da Lei nº 10.520/2010 e no Art. 1º do Decreto Federal n. 10.024/2019, entende-se que deverá ser adotada a modalidade de pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por lote, sob o regime de empreitada por preço global, sob execução indireta, para a seleção da proposta mais vantajosa dos serviços pretendidos neste TR, para a qual deverá ser adotada modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.

8.2 DO AGRUPAMENTO DAS 3 ROTAS EM LOTE ÚNICO:

8.2.1 Há ocorrência de identidade entre os serviços a serem contratados, todos de mesma natureza, os quais podem ser prestados por uma única empresa.

8.2.2 Vantagem econômica: Por certo, a divisão dos serviços em itens diminuirá a competitividade em razão da quantidade e valores dos serviços. Agrupados, os itens serão atraentes para as empresas do ramo. Ademais, o agrupamento evitará mais de uma empresa no certame. De notar-se que está sendo previsto o traslado de apenas uma aeronave até o local dos serviços. Acaso aberto em itens, a Administração teria que arcar com o custo do traslado de até 3 aeronaves, o que não seria razoável porque oneraria de forma exponencial o valor dos serviços. Além disso, com a prestação dos serviços por uma única empresa os procedimentos devem fluir com mais agilidade e eficiência.

8.3 DO AFASTAMENTO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

8.3.1 O valor estimado da contratação excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), motivo pelo qual o certame não terá destinação exclusiva para ME/EPP, na forma da Lei Complementar n. 123/2006 e Decreto n. 8.438/2015.

8.3.2 AS ME/EPP's poderão participar com as demais regras de preferência.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.4 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

8.4.1 Na elaboração da proposta a licitante deverá incluir todos os custos diretos e indiretos inerentes aos procedimentos de execução dos serviços a serem contratados.

8.4.2 No preenchimento da proposta, as empresas licitantes deverão detalhar os valores unitários para cada operação de cada rota por turno de eleição e o valor total dos serviços, **conforme o formulário padrão de propostas**, posto que o valor proposto para cada operação, de cada uma das respectivas rotas, também deverá estar compatível com os valores máximos estimados pela Administração para cada um desses eventos.

8.4.3 Os lances serão ofertados sempre em relação ao valor total da proposta com o respectivo ajuste/redução dos preços das operações individuais que compõem os serviços.

8.4.4 Sagrar-se-á vencedora do certame a licitante que ofertar o menor valor total para a execução dos serviços especificados no presente termo de referência, compreendendo o somatório dos serviços e obedecido os valores máximos para cada operação, conforme explicitado nos itens anteriores.

8.4.5 O valor estimado neste termo de referência constitui-se no preço máximo de aceitação das propostas ofertadas pelas licitantes, pois se trata de limite orçamentário no qual este Tribunal deverá limitar-se.

8.5 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E FISCAL:

8.5.1 Habilitação jurídica: Tratando-se de sociedades comerciais as licitantes deverão apresentar o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e respectivas alterações, devidamente registrado. Tratando-se de sociedades por ações, os atos constitutivos deverão estar acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, em ambos os casos comprovando que a empresa exerce atividades compatíveis com o objeto do presente Termo de Referência.

8.5.2 Habilitação fiscal: A licitante deverá estar regular junto ao SICAF e/ou apresentar comprovante de regularidade perante à Fazenda Federal e/ou Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como apresentar a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e a Certidão Negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNJ).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.6 DA HABILITAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA:

8.6.1 Da empresa:

Para aferir da regularidade da habilitação técnica, sem prejuízo de outros documentos legalmente exigíveis, a licitante deverá apresentar:

I - No mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnico-Operacional, em nome da empresa, comprovando a realização dos serviços pertinentes e compatíveis com o objeto especificado no presente Termo de Referência.

Os atestados poderão ser provenientes de pessoa jurídica de direito público ou privado. Tratando-se de pessoa jurídica de direito público deverão identificar e conter a assinatura do agente público responsável por sua emissão. Tratando-se de pessoa jurídica de direito privado deverão identificar e conter a assinatura do representante legal da emitente, estando as informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade durante o certame licitatório.

II - Cópia da Outorga da Autorização para Operar expedida pela ANAC;

III - Certificado de Operador Aéreo - COA, emitido pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC;

IV - Cópia das Especificações Operativas com autorização para realizar operação em terreno desabitado ou selva;

V - Autorização para realizar operação em áreas de pouso ocasional em conformidade com o item 91.327 do RBHA- Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica 91 2 (REGRAS GERAIS DE OPERAÇÃO PARA AERONAVES CIVIL);

VI - Seguro de Responsabilidade do Transportador Aéreo (RETA) em conformidade com a legislação vigente, para cobertura dos ocupantes da aeronave, pessoas e bens no solo, ou seguro comprovado pela apólice vigente e respectivo comprovante de pagamento do prêmio para cobertura de sinistros.

8.6.2 Da aeronave:

I - Registro da (s) Aeronave (s) junto à Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, em vigor.

II - Certidão de matrícula, Nacionalidade e Aeronavegabilidade emitidos pelo RAB (Registro Aeronáutico Brasileiro), da aeronave que será utilizada na prestação de serviço;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - Ficha de Inspeção Anual da Aeronave (FIAM) ou registro dos últimos serviços de manutenção que atestam a IAM;

IV - comprovação de atendimento aos itens previstos na seção 135.166 do RBAC (Regulamento Brasileiro de Aviação Civil 135) - REQUISITOS OPERACIONAIS: OPERAÇÕES COMPLEMENTARES E POR DEMANDA;

IV - Licença Estação da Aeronave emitida pela ANATEL;

V - O helicóptero deverá conter também:

a) Capacidade autorizada para transportar 1 (um) piloto (tripulante) e, mais 4 (quatro) passageiros, que representam ao total 5 (cinco) pessoas;

b) Todos os equipamentos de navegação, segurança e primeiros socorros necessários conforme código da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

8.6.3 Do piloto:

I - Identificação do piloto da aeronave, comprovados através de caderneta individual de voo e/ou declaração de empresa de taxi aéreo;

II - Certificado de Habilitação Técnica;

III - Extrato de Pesquisa sobre Licenças e Habilitações;

IV - Certificado de Capacidade Física (CCF), válidos e expedidos pela ANAC para o respectivo piloto;

V - Registro da licença denominada Piloto Comercial de Helicóptero (PCH).

8.6.3.1 Caso ocorram fatos supervenientes que obriguem, justificadamente, a contratada a indicar novo piloto, no período compreendido entre adjudicação e a execução do contrato, a Contratada deverá encaminhar todos os documentos mencionados no item 8.6.3, para análise e aprovação da Contratante, no prazo de 15 (quinze) dias anteriores à data de realização dos serviços, sob pena de apuração da responsabilidade pelo descumprimento contratual, conforme estabelece o item 9.4 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.6.4 DA CONFERÊNCIA DOCUMENTAL: Todos os documentos técnicos apresentados serão consultados, desde que disponíveis, pela via eletrônica no site da ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil e em sites correspondentes.

9 - DO CONTRATO

9.1 Das condições gerais da contratação

9.1.1 Nos termos do artigo 62 da Lei n. 8.666/93, será lavrado contrato regulando a relação entre a Administração Contratante e a Contratada.

9.1.2 No ato da assinatura do contrato a licitante vencedora deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Conselho Nacional de Justiça. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF e de outras certidões, o contratado deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência.

9.1.3 Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a contratada realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO.

9.1.4 Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Administração remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela contratada;

9.1.5 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

9.1.6 A contratada deverá indicar, até a data da assinatura do contrato, no mínimo, 1 (um) número telefônico, 01 (um) correio eletrônico, para servirem como canais de comunicação entre ela e o fiscal/gestor da contratada, podendo ser utilizado outro meio de comunicação, desde que seja efetivamente utilizado pelo representante da contratada.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.1.7 O representante da contratada deverá ficar disponível para supervisionar os serviços de forma que sejam cumpridos os prazos e condições previstos no contrato.

9.1.8 O descumprimento injustificado, pela adjudicatária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a adjudicatária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato).

9.1.9 À relação contratual, além das disposições previstas no respectivo Edital de Pregão, aplicam-se o disposto na Lei 8.666/93 e suas alterações subsequentes, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e a Instrução Normativa TRE/RO n. 004/08 e, supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil Brasileiro.

9.2 DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS , DA VIGÊNCIA, REEQUILÍBRIO E ALTERAÇÕES:

9.2.1 Período de execução: 01/10/2020 (quinta-feira) até o dia 05/10/2020 (segunda-feira).

9.2.2 Prazo de vigência: A partir da data de assinatura do Contrato até o dia 30/11/2020.

9.2.3 REAJUSTE E REEQUILÍBRIO:

9.2.3.1 Os valores serão irredutíveis.

9.2.3.2 Admite-se eventual **reequilíbrio econômico-financeiro** na forma e condições previstas pelo art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93.

9.2.4 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

9.2.4.1 Havendo necessidade e justificativa, o contrato poderá ser objeto de alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei nº 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.3 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

I - Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

II - Realizar o recebimento provisório e definitivo dos serviços contratados;

III - Rejeitar, caso inadequados ou irregulares, os serviços prestados pela contratada;

IV - Pagar pelos serviços executados, obedecendo as seguintes regras:

a) O pagamento será realizado após a conclusão dos serviços do 1º turno da eleição, com apresentação da nota fiscal dos serviços efetivamente realizados, que será efetivado através de ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até o 5º (quinto) dia útil contado da data em que a Fatura/Nota Fiscal for atestada pelo Chefe de Cartório da 1ª e 5ª Zonas Eleitorais, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação Municipal do Imposto sobre Serviços.

b) No ato do pagamento, a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal e/ou a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Conselho Nacional de Justiça e a Justiça do Trabalho.

c) Nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à futura contratada.

d) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) / 365 \quad I = (6/100) / 365 \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

V - Notificar a contratada em razão de qualquer descumprimento das obrigações pactuadas, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;

VI - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada;

VII - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública;

9.4 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

I - Realizar o objeto do presente instrumento nas condições, preços e prazos estabelecidos no Edital, na proposta ofertada e neste instrumento, atendendo às solicitações do contratante, conforme cronograma, percursos, condições e especificações discriminadas no objeto deste instrumento e horários de saída determinados nas solicitações recebidas do Contratante, devendo observar ainda as seguintes regras, além de outras aplicáveis à execução dos serviços:

a) A execução dos serviços de transporte aéreo obedecerá às normas da Lei n. 7.565, de 19 de dezembro de 1986, Código Brasileiro de Aeronáutica, as recomendações de segurança da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, nos Regulamentos Brasileiros de Homologação da Aeronáutica – RBHA, bem como às normas para habilitação dos Pilotos disciplinadas pela Resolução n. 377-ANAC e outros documentos acerca de Aviação Civil;

b) A aeronave irá operar nos Municípios do Estado de Rondônia indicados no item 2.2 deste Termo de Referência, devendo a aeronave operar de acordo com as exigências requeridas;

c) A aeronave deverá ser disponibilizada em perfeitas condições de voo, com Tripulação, combustível, com seguro obrigatório aeronáutico – RETA, nas especificações definidas neste Termo;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) A Contratada deverá manter logística de reabastecimento (móvel ou fixo) de forma a suprir a autonomia de voo da aeronave nas ações estabelecidas pelo Operador (Contratante);

e) O Juiz da 1ª Zona Eleitoral TRE-RO autorizará a execução dos serviços, informando, por escrito, ao Comandante da Aeronave o período dos serviços, local a que se destina, horário de saída, previsão de chegada e relação dos passageiros;

f) Antes da utilização da aeronave, a Contratada deverá proceder a vistoria técnica no equipamento, de forma a constatar sua adequação ao uso de acordo com as exigências do Edital e seus anexos, assim como na legislação aplicada aos serviços de transporte aéreo.

II - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia anuência do contratante;

III - Manter-se com todos os registros da aeronave e do piloto em plena validade em todo o período da vigência do contrato, inclusive com as demais habilitações e autorizações dos órgãos fiscalizadores e reguladores aéreo;

IV - Manter-se, durante a execução do presente instrumento, em situação de plena regularidade junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou apresentar, sempre que solicitado, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Pública, o INSS, o FGTS e a Justiça do Trabalho;

V - Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do contratante, cabendo à contratada prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;

VI - Responsabilizar-se pelos danos causados ao contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do presente instrumento, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de o contratante proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

VII - Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços incidentes na execução do contrato;

VIII - Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto do presente contrato em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor estimado na Cláusula sexta, na forma do artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IX - Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato;

XI - Providenciar, quando necessário e às suas expensas, documentação, taxas e licenças necessárias à execução dos serviços, junto aos órgãos competentes;

XII - Garantir as condições de autonomia e abastecimento, visando atender aos requisitos da ANAC e a realização de operação segura, a saber:

RBAC 135.209 AUTONOMIA PARA VOO VFR:

(a) ...

(b) Ninguém pode iniciar uma operação VFR em um helicóptero, a menos que, considerando o vento e as condições atmosféricas conhecidas, esse helicóptero tenha combustível e óleo lubrificante suficiente para voar até o aeródromo de destino e, assumindo consumo normal de combustível e óleo lubrificante em cruzeiro, voar pelo menos mais 20 minutos e que:

(1) tenha combustível e óleo lubrificante suficiente para voar até o aeródromo de destino;

(2) possa voar por um período adicional de 20 minutos, assumindo um consumo normal de combustível e óleo lubrificante em velocidade de cruzeiro escala ótima, acrescido de 10% do tempo de voo programado.

XIII - Previamente à execução dos serviços, a contratada deverá apresentar, um Plano de Gerenciamento de Segurança Operacional referente à operação (reconhecimento da área pelos pilotos envolvidos, apoios de solo, abastecimento, manutenção da aeronavegabilidade da aeronave), áreas de pouso (segregação do público) e segurança da aeronave (security);

XIV - Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

XV - Manter os serviços deste instrumento coberto por apólice de seguro de responsabilidade civil para eventuais indenizações por danos pessoais e/ou materiais decorrentes da execução do objeto contratado, a qual deverá ser apresentada a este Tribunal, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados da assinatura do instrumento contratual.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.5 DA SUBCONTRATAÇÃO

9.5.1 empresa que vier a ser contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir objeto do Contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão do contrato.

9.6 DA GARANTIA CONTRATUAL:

9.6.1 A contratada deverá apresentar, em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei n. 8.666/93, a saber:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II - Seguro-garantia;

III - Fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 – TCU – Plenário).

9.6.2 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do contratante;

9.6.3 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

I - prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

II - prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

III - multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;

10 – DAS PENALIDADES

10.1 Nos termos do artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços, será aplicada multa de mora à contratada de 2,0% (dois por cento) sobre o valor do contrato, por hora de atraso na saída da aeronave, até o limite de 05 (cinco) horas, sendo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

considerada a inexecução do contrato na ocorrência de atraso superior ao limite estipulado.

10.2 Quanto ao descumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato para cumprimento de obrigação contratual, bem como quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, tais como regularidade perante o SICAF, à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça:

I - Primeiro atraso injustificado de 01 (um) dia útil no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato, ou primeira verificação da não manutenção das condições de habilitação e qualificação: multa de 1% (um por cento), aplicada sobre o valor do contrato;

II - Segundo atraso injustificado de 01 (um) dia útil no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato, ou segunda verificação da não manutenção das condições de habilitação e qualificação: multa de 2% (dois por cento), aplicada sobre o valor do contrato;

III - Terceiro atraso injustificado de 01 (um) dia útil no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato, ou terceira verificação da não manutenção das condições de habilitação e qualificação: multa de 3% (três por cento), aplicada sobre o valor do contrato;

IV - Quarto atraso injustificado de até 01 (um) dia útil ou primeiro atraso injustificado superior a 01 (um) dia útil, ou quarta verificação da não manutenção das condições de habilitação e qualificação: poderá caracterizar como inexecução contratual.

10.3 Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, o contratante poderá, nos termos do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à contratada as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.4 Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste termo de referência como também naquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

10.5 O contratante poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o recebimento efetivo dos serviços prestados e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário).

10.6 A multa eventualmente imposta ao contratado será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário).

10.7 Quando o valor do pagamento a que fizer jus o contratado não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei n. 6.830/80).

10.8 As multas não eximem o contratado da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

10.9 O procedimento para aplicação de sanções ao contratado observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Normativa TRE/RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

A contratada será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

11 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 A gestão do contrato ficará a cargo da Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP, ou na sua ausência, o seu substituto legal, e a fiscalização dos serviços contratados ficará a cargo dos Chefes de Cartório da 1ª e 5ª Zonas Eleitorais, Guajará-Mirim e Costa Marques, respectivamente, ou seu substituto legal.

12 - DOS ANEXOS

ANEXO ÚNICO: MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL ([0490401](#)).



Documento assinado eletronicamente por **RUDMA ROSA OLIVEIRA COSTA, Coordenador(a)**, em 14/03/2020, às 12:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

DJE - Diário da Justiça Eletrônico nº 1272020
Disponibilização: 01/07/2020
Publicação: 02/07/2020



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Extrato do Contrato n. 12/2020/TRE-RO, assinado em 30/06/2020. PREGÃO ELETRÔNICO N. 11/2020. Contratada: SAGRES TÁXI AÉREO LTDA, CNPJ n. 01.539.425/0001-36. Objeto: Serviços de táxi aéreo, por aeronave com asa rotativa (helicóptero), no período de 01/10/2020 a 05/10/2020 (1º turno das eleições), para efetuar o serviço de transporte de passageiros e de pequenas cargas durante as Eleições 2020. Fundamento Legal: Pregão Eletrônico supramencionado e seus Anexos,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

nas Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, nos Decretos Federais 3555/2000, 9.507/2018 e 10.024/2019. Vigência: A contar de sua assinatura via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO até o dia 30/11/2020. Valor: R\$ 299.651,97. Programa de Trabalho: 02061003342690001. Elemento de Despesa: 33.90.33-03. Notas de Empenho n. 2020NE000419, de 30/06/2020. Ato de Autorização da Licitação: DESPACHO Nº 307/2020-PRES/DG/GABDG, de 09/03/2020. Ato de Homologação do Pregão Eletrônico: DECISÃO Nº 10/2019-PRES/DG/GABDG, de 25/06/2020. Signatários: pelo Contratante, a Senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora-Geral do TRE-RO e, pela Contratada, o Senhor ADRIANO SANCHES DA SILVA. Processo SEI: 0002716-74.2019.6.22.8000.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, Técnico Judiciário, em 01/07/2020, às 08:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.